

A EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA - UMA ANÁLISE TEÓRICA DO PROCESSO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO NO ENSINO REGULAR

Francisco Ivanildo Alves Bezerra¹
Maria Madalena da Silva²

Resumo

No processo de inclusão de estudantes com deficiência em salas de aula regulares é possível perceber que muitas vezes a tentativa de inclusão acaba por gerar a exclusão desses indivíduos, tendo em vista que nossas escolas ainda precisam melhorar muito principalmente no que diz respeito a perceber o outro em suas diferenças, e a partir delas se adaptar para atender melhor. O presente estudo retrata o histórico da inclusão de pessoas com deficiência, os processos que levaram ao amadurecimento para chegarmos ao ponto no qual estamos na educação, como também traz em questão as tentativas de práticas pedagógicas que não foram bem sucedidas e fazendo a pensarmos em exclusão dos deficientes no espaço escolar. Nesse contexto, as pessoas com deficiência, ao serem inseridas nessas instituições, começam a se deparar com barreiras que podem contribuir para seu fracasso escolar, levando até a uma possível evasão, isso porque os professores não possuem uma formação que contemple a diversidade nos espaços escolares, tão pouco são formados para trabalhar com os alunos que possuem níveis de aprendizagem que necessitam de um olhar diferenciado. Dessa forma, é necessário dizer que, em se tratando de ensino regular, muitas vezes os alunos dependendo de sua deficiência, possuem as mesmas chances de concluírem os seus estudos com o mesmo nível de conhecimento que as pessoas sem a deficiência, entretanto, para que isso aconteça, o professor e a escola deveram rever o seu planejamento, buscando utilizar metodologias que incluam durante o processo de ensino e aprendizagem.

Palavras chaves: Educação Inclusiva, Ensino Regular, Exclusão.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência no espaço escolar é algo presente no cotidiano escolar, porém, esse processo é encarado ainda com as faces do preconceito, das barreiras arquitetônicas e também do pensamento de incapacidade que são trazidos pelos educadores. Por essa e outras razões se faz necessário compreender o processo de inclusão que vem sendo garantido ao longo de décadas pelas lutas que se deu nas academias, nos congressos, e a partir de então a criação de declarações e de leis contribuíram para obrigar que estes espaços viessem a inserir as pessoas com deficiência em suas dependências.

Com esta razão ficamos muitas vezes presos as velhas práticas pedagógicas e não conseguimos evoluir nas nossas salas de aula, fazendo com que a inclusão aconteça mais na

¹ Licenciado em Química e Especializando em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFCE, Campus Iguatu - CE, fivanildoalvesb@gmail.com;

² Professora orientadora: Licenciatura Plena em Pedagogia, Especialização em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Ceará, Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará e Doutorado em Educação pela UNESP, madalena-silva81@hotmail.com.

verdade mascarando a exclusão na tentativa de incluir, como afirma RICCI e LUCENA (2014) que é: “uma problemática que se apresenta ao cotidiano escolar que é a exclusão mascarada contida na busca pela inclusão não pensada e não planejada de sujeitos aos processos educativos formais”.

Nesse sentido, faz necessário refletir: as nossas práticas pedagógicas podem de fato atingir a inclusão sem excluir? Nossas escolas possuem estruturas física, pedagógicas, pessoal habilitado capazes de conseguir atingir as necessidades de cada estudante com deficiência? E “eu” enquanto educador, qual meu papel neste processo de inclusão/exclusão?

Diante desses questionamentos percebe-se que não basta apenas a aprovação de leis ou declarações que defendam a ideia de inclusão nos espaços escolares. A Lei nº 9.394, de 1996, que fortaleceu a educação para estudantes com deficiência, assegurou para todas estas pessoas a garantia do direito à educação, mas que efetivamente não pode fazer com que na prática as atitudes das pessoas envolvidas no processo formativo, ocorra no sentido que aconteça de fato o atendimento dessas exigências no campo educacional.

O presente estudo surge a partir da audição de queixas e dificuldades encontradas de professores que atuam em salas de aula e que possuem alunos com deficiência, tendo em vista que algumas disciplinas necessitam de um planejamento mais complexo na perspectiva que o aluno com deficiência possa ter condições e oportunidade de aprendizagem igual aos alunos sem deficiência(s), mas, claro, tendo os seus limites decorrentes da deficiência respeitados.

Dessa forma, este estudo busca, compreender como têm se dado a inclusão das pessoas com deficiência nos espaços escolares, bem como as possíveis práticas que acabam em exclusão, identificando também aproximações e distanciamentos no que concerne o subsídio a inclusão e permanência desses alunos na sala regular de ensino.

ITINERÁRIO METODOLÓGICO

O presente estudo é pautado na pesquisa qualitativa, que, segundo Gerhardt e Silveira (2009), não busca quantificar dados numa perspectiva estatística, mas se aprofundar em um contexto social submerso em valores, opiniões e questões subjetivas. Adotou-se a revisão de literatura como forma de atingir os objetivos delimitados anteriormente, tendo em vista o que já foi pesquisado e o que ainda carece de pesquisas sobre determinado assunto/tema (ECHER, 2011).

Dessa forma, realizou-se uma busca por trabalhos científicos (artigos, monografias, dissertações, teses) e documentos legais que tratassem sobre a temática da Educação Especial com ênfase na inclusão/exclusão das pessoas com deficiência em salas regulares. Após o

levantamento das obras, realizou-se a leitura e análise das mesmas, sendo selecionadas as que mais contribuíam para o presente estudo. Os dados obtidos serão descritos e discutidos na seção a seguir.

Síntese histórica da educação inclusiva

Fazendo uma incursão histórica da educação inclusiva, podemos observar que em meados dos séculos XVII e XVIII, existem práticas de discriminação que tendem a situações de exclusão. Durante esses séculos existia uma sociedade caracterizada pela ignorância e a rejeição daqueles que tinham alguma deficiência, tanto por parte da escola, da sociedade em si e a própria família, levando de forma preconceituosa a excluir essas pessoas do meio social.

Em relação às pessoas com deficiência mental, estas eram colocadas em orfanatos e manicômios, organizações responsáveis pelo tratamento de pessoas tidas como “anormais”, “na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001).

No século XIX, temos a institucionalização especializada, isto é, indivíduos que tinham deficiência seriam colocados em residências de segregação; a eles era proporcionado um tipo de educação, que os protegia da sociedade, fazendo com esta não tivesse que suportar o contato com as pessoas com deficiência.

Já em meados do século XX, aos poucos, pessoas da sociedade “sem deficiência” começam a valorizar os indivíduos deficientes levando este público a uma luta mundial, digamos assim, envolvendo-os em movimentos sociais de luta dando ênfase ao discurso que defende uma sociedade inclusiva. Nessa luta se insere também as críticas referentes as práticas de ensino, levando a questionamentos sobre os métodos análogos de ensino-aprendizagem, que acabam no cenário educacional mantendo o princípio da exclusão.

Portanto durante o processo histórico em que a sociedade foi vivenciando, nota-se que evoluiu as concepções de deficiência “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momento históricos” (BRASIL, 2001).

Em nosso país, o atendimento das pessoas com deficiência tem início no Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos no ano de 1854, que hoje é o atual Instituto Benjamin Constant-IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, que hoje se chama Instituto Nacional da Educação dos Surdos-INES, essas duas instituições ficam localizadas no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o instituto Pestalozzi (1926) uma instituição que faz o atendimento de pessoas com deficiência mental.

De acordo com Jannuzzi (2004), foi somente a partir de 1930, que a sociedade civil brasileira

... começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação. (JANNUZZI, 2004, p. 255).

Em 1945 foi criado o primeiro atendimento educacional especializado para pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi; e em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE.

Já no ano 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 4.024/61, que descreve o direito à educação para as pessoas excepcionais” e que fosse feita no sistema geral de ensino da época. Essa mesma lei sofre alterações a partir da Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971), quando define que alunos com deficiência física, mental ou que estivesse em atraso considerável em relação a sua idade e matrícula e também aos superdotados, estes tivessem “tratamento especial”.

Mesmo com essas leis, não foi possível “organizar o sistema de ensino, de forma que este fosse capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acabou reforçando o encaminhamento dos estudantes para as classes e escolas especiais”, afirma SCOTTO (2014).

Criado pelo o MEC em 1973 o Centro Nacional de Educação Especial-CENESP, tinha como responsabilidade gerenciar a educação especial no Brasil, sob uma visão integracionista, acabou impulsionando ações educacionais, mesmo que ainda com uma configuração assistencial e com iniciativa isolada do Estado, tais ações era para às pessoas com deficiência e superdotação.

Ressalta-se que nesse período, não se efetivou uma política pública de acesso universal à educação inclusiva, e permaneceu a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência.

Para Ainscow (2009), a educação inclusiva é um método de transformação de valores em ação, pois as práticas e serviços educacionais devem incorporar valores inclusos, como por exemplo, ter noções de igualdade, participação, comunidade, compaixão, respeito pela diversidade, sustentabilidade e direito.

A proposta da inclusão veio sinalizar mudanças que a escola regular necessita fazer para que seja proporcionada de fato uma educação de qualidade para todos.

A inclusão de estudantes com deficiência do ideal para a realidade

A educação inclusiva idealizada por diversos autores tem como objetivo desenvolver uma prática pedagógica inovadora em relação à inclusão. Deve transformar a educação, de forma que esta seja capaz de inserir toda pessoa, independente de sua raça, cor, credo, deficiência, desconstruindo todo e qualquer tipo de preconceito existente.

Figueiredo (2002), diz que a inclusão escolar é um agente de transformação, auxiliando no resgate da identidade e nos valores que resultarão certamente na construção do conhecimento e na elevação da autoestima.

Em concordância com Beyer (2006) o desafio é construir uma prática pedagógica que consiga chegar a todos os estudantes, capaz de atender aos que necessitam de uma pedagogia diferenciada. Tudo isso sem discriminação, sem preconceitos, conscientizando a comunidade escolar, respeitando os direitos de cada um.

Educação inclusiva é um o processo que pode acontecer em escolas de qualquer nível, desde que estas estejam preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os estudantes independentemente de seus atributos pessoais, de suas inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais.

A inclusão escolar é inserida na escola comum tradicional com o objetivo de modifica-la para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de assegurar uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (SASSAKI, 1998, p. 8).

Entende-se que a inclusão escolar ainda é um desafio, uma vez que provoca uma qualificação no processo educativo, e deve possibilitar o direito de todos os alunos, sejam especiais ou não, de exercerem e de usufruírem de uma educação de qualidade, pois qualquer tentativa de inclusão deve ser analisada e avaliada em seus mais diversos aspectos, a fim de termos a garantia de que esta será a melhor opção para o indivíduo que apresenta necessidades especiais.

Figueiredo (2002) diz que a educação inclusiva deve ser um espaço para todos, deve-se inserir na escola todos os excluídos, garantir qualidade na educação, considerar as diferenças e valorizar a diversidade, evitando as práticas excludentes.

Trabalhar numa perspectiva inclusiva é respeitar os diferentes saberes, como também compreender que, não existe melhor ou pior, mas que, existem homens e mulheres que vivem numa sociedade na qual muitas vezes exclui, esquecendo-se de valorizar o ser.

Na interpretação de Mantoan (2003), educar com o objetivo de incluir é rever paradigmas e desconstruir conceitos, sendo necessária uma mudança no modelo educacional.

A inclusão não é algo impossível, mais é um desafio, que será superado quando todos os profissionais que participam do processo educativo se abrirem à mudança, e passem a reconhecer da necessidade de quebrar com a ideia preconcebida que muitos têm que só pessoas especializadas podem trabalhar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

No entanto ao nos voltarmos para a realidade, Figueiredo (2002) vai defender que a escola necessita rever os conceitos, para se transformar e efetivar a inclusão. É necessário deixar de lado os preconceitos, quebrar paradigmas e práticas que possam discriminar e estereotipar qualquer estudante.

De acordo com Mantoan(2003), a inclusão nunca irá acontecer, enquanto a sociedade se achar no direito de escolher quais serão incluídos. É preciso desconstruir a mentalidade que exclui, pois a inclusão sempre foi debatida e nunca foi fácil fazer acontecer, seja para o sujeito que necessita da inclusão como para os educadores que irão acolhê-los. Faz-se necessário ter um novo olhar, pensar em novas práticas pedagógicas e que elas sejam reflexivas, ter um pensamento e posição consciente em momentos de conflitos, buscando uma educação comprometida com a realidade apresentada.

O objetivo da educação inclusiva é romper com barreiras,

sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos estudantes, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola (CARVALHO, 2005, p.72).

Na concepção de Ferreira (2005), a verdadeira inclusão escolar pensa em garantir o a inserção e a permanência do aluno na escola, mas a situação está adversa. Os professores tem o sentimento de incapacidade para acolher bem essa nova clientela, muitas vezes sem formação e com impotências diante dessa realidade apresentada que se agrava por inexistência de materiais que sejam adequados, apoio administrativo e recursos financeiros.

Para Mantoan (2003), o êxito da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular perpassa por possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade. Portanto, o educador precisará desenvolver um bom trabalho no processo de construção de uma educação inclusiva. Vale ressaltar que é preciso acontecer mudanças desde a gestão escolar, como, na estrutura física das escolas, pois não basta garantir somente na legislação, é necessário valorizar o professor em sua prática e efetivar as políticas públicas, saindo da teoria para a prática.

De acordo com Figueiredo (2002), para implantar uma política que favoreça a inclusão, não basta expandir o número de vagas para pessoas com necessidades especiais. Se faz necessário também garantir que possam continuar, indeterminadamente e que possa ser repensada em função das novas demandas da sociedade atual e das exigências desse novo aluno.

Como nos afirma Carvalho (2005) refletir sobre a inclusão de alunos com deficiência nas classes regulares sem dar a ajuda e o apoio dos educadores que acumularam conhecimentos e experiências específicas, sendo capaz de dar suporte ao trabalho dos professores e aos familiares, é o mesmo que fazê-los contar, dar números e quantitativos, seja como número de matrícula, seja como mais uma carteira na sala de aula.

Sendo assim, na proporção que temos uma posição a respeito das diferenças humanas, sejam elas de que ordem for, avançamos na objetivação de espaços e posturas em que a segregação irá perder espaço de atuação e deixando de influenciar as práticas pedagógicas discriminatórias. Decorre deste pensamento que: “o respeito, a autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros (FREIRE, 2002, p. 66)”.

Ao analisarmos os pressupostos da educação inclusiva idealizada e a educação inclusiva na realidade, ou seja, no chão da sala de aula não há dúvidas de que todos devem ter direito a uma educação de qualidade, mas, apenas permitir que alunos com deficiência tenham acesso as escolas de ensino regular não é incluir, a inclusão para ser efetivada na prática necessita de investimentos para que seja possível a uma grande transformação no sistema educacional.

CONCLUSÕES

Buscou-se no presente estudo, compreender como têm se dado a inclusão das pessoas com deficiência nos espaços escolares, identificando aproximações e distanciamentos no que concernem os pressupostos teóricos e a realidade do ensino regular na educação brasileira. Após a análise das obras aqui citadas, podem-se considerar os pontos abaixo.

A inclusão das pessoas com deficiência, independentemente de qual seja o tipo de deficiência, tem avançado no cenário educacional brasileiro, porém, a passos curtos, demandando mais avanços e conquistas para essa população de alunos, cujo histórico é de discriminação e exclusão dos ambientes de educação formal. Sabe-se que, infelizmente, a legislação por si só não garante o acesso, tão pouco a permanência desses alunos nos espaços

escolares, tendo em vista que Os Outros³ ainda causa aflições nos professores, que, por sua vez, não tiveram uma formação que lhes garantissem um mínimo de informações sobre o ensino e a aprendizagem em espaços inclusivos com alunos com deficiência. Logo, surge, assim, a necessidade da inserção de disciplinas como Educação Especial e/ou Inclusiva na matriz curricular dos cursos de licenciatura, assim como temos hoje a obrigatoriedade da oferta da disciplina da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Dessa forma faz-se necessário cobrar dos órgãos competentes aos cursos de formação de professores, bem como também as próprias escolas, a garantia desses direitos, e que eles sejam efetivados de fato, pois no que vemos dentro da realidade do cenário educacional brasileiro é que, naquilo que se diz ideal para a inserção das pessoas com deficiência está bem pensado, mesmo que a passos lentos, no entanto aquilo que vemos na realidade ainda se distancia do que se pensa para essa modalidade de ensino.

³ Esse termo é amplamente utilizado na área da Ciência Sociais como referência as pessoas que são excluídas da sociedade.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Tornar a Educação Inclusiva: Como Esta Tarefa Deve Ser Conceituada? In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz (Org). **Tornar a Educação Inclusiva**. Brasília, UNESCO, 2009.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 de set. 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971. Ministério da Educação. Brasília. 1971.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Resolução CNE/CEB nº2 de 11 de setembro de 2001. Brasília: Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2001.

BEYER, H. O. *A Educação Inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial*. Revista Educação Especial. Brasília: 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

ECHER, I. C. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **R. gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p.5-20, jul. 2001.

FERREIRA, W. B. **Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Revista da Educação Especial, 2005.

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (Orgs). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à prática educativa**. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. Cadernos de Pesquisas em Administração, v. 1, n.3, 2º sem., 1996.

RICCI, Paulo Sérgio Pereira; LUCENA, Jéssica Elise Echs. A EXCLUSÃO DOS “INCLUÍDOS” – EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DA NECESSIDADE DE RESISTÊNCIA

À PATOLOGIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO!. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 25, n. 1, p. 333-338, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Integração e Inclusão: do que estamos falando?** Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998.

SCOTTO, Arlete. **A inclusão escolar na rede de ensino estadual** (2008). Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent_a.php?t=004>. Acesso em: 15 de março de 2019.